

Uma trajetória histórica da Educação Financeira: da OECE até a nova ENEF

Resumo: Este artigo expõe aspectos históricos relevantes que constituíram a Educação Financeira. O objetivo é contribuir para uma compreensão ampla de como a temática se construiu, modificou-se e tornou-se um tema presente no cotidiano. Partimos da criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), passando pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que desenvolveu a Educação Financeira, até chegar no Brasil, com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, atualizada em 2020. Com a trajetória histórica, observa-se uma abordagem mercadológica da Educação Financeira nas propostas da OCDE e ENEF. Ao longo dos anos, no contexto educacional e da Educação Matemática, as discussões amadureceram, resultando em uma Educação Financeira que questiona o sistema neoliberal e busca transformações sociais.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Financeira. Abordagem Histórica.

A historical trajectory of Financial Education: from OEEC to the new ENEF

Abstract: This paper discusses the relevant historical aspects of Financial Education. The aim is to contribute to a broad understanding of how the subject has been built up, changed and become an everyday topic. We start from the creation of the Organisation for European Economic Co-operation (OEEC), through the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), which developed Financial Education, until we arrive in Brazil, with the Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF — National Strategy for Financial Education), in 2010, updated in 2020. The historical trajectory of the OECD and ENEF proposals shows a market approach to Financial Education. Over the years, in the context of education and Mathematics Education, discussions have matured, resulting in a Financial Education that questions the neoliberal system and seeks social transformation.

Keywords: Mathematics Education. Financial Education. Historical Approach.

Una trayectoria histórica de la Educación Financiera: de la OECE a la nueva ENEF

Resumen: Este artículo expone aspectos históricos relevantes que constituyeron la Educación Financiera. El objetivo es contribuir a una comprensión amplia de cómo el tema se construyó, modificó y se convirtió en un tema presente en la vida cotidiana. Partimos de la creación de la Organización Europea para la Cooperación Económica (OECE), pasando por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), que desarrolló la Educación Financiera, hasta llegar a Brasil, con la Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF), en 2010, actualizado en 2020. Con la trayectoria histórica, se observa una visión mercadológica de la Educación Financiera en las propuestas de la OCDE y ENEF. A lo largo de los años, en el contexto educativo y de la Educación Matemática, las discusiones han madurado, dando como resultado una Educación Financiera que cuestiona el sistema neoliberal y busca transformaciones sociales.

Priscila de Oliveira e Silva

Universidade Estadual Paulista
Rio Claro, SP — Brasil

 0000-0001-7212-5994

 priscila.o.silva@unesp.br

Lucas Carato Mazzi

Universidade Estadual Paulista
Rio Claro, SP — Brasil

 0000-0003-3395-3724

 lucas.mazzi@unesp.br

Recebido • 29/02/2024

Aceito • 14/05/2024

Publicado • 06/08/2024

Artigo

Palabras clave: Educación Matemática. Educación Financiera. Enfoque Histórico.

1 Introdução

A Educação Financeira (EF) tem sido um assunto bastante discutido nos últimos anos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. O modo como essa temática é compreendida depende de quem a apresenta e de quais interesses se tem ao desenvolvê-la. Nesse sentido, a EF pode ser considerada como indefinida (Mazzi e Baroni, 2021), assumindo diferentes vertentes e propósitos, podendo ser, inclusive, de natureza contraditória.

Baroni (2021, p. 79) enfatiza que a Educação Financeira deve buscar compreender a vida financeira “por meio de uma análise crítica da realidade”, afirmando que conhecer os percursos das discussões sobre Educação Financeira mostra-se importante para refletir sobre o seu papel na sociedade. Desse modo, neste artigo¹, temos o objetivo de apresentar alguns aspectos históricos relevantes que contribuíram para que a Educação Financeira ganhasse mais destaque em nossas discussões cotidianas. A Figura 1, a seguir, sintetiza o caminho que pretendemos traçar. Cabe destacar que esta é uma possível trajetória, de modo que outros pesquisadores poderiam ressaltar diferentes elementos que consideram importantes para a apresentação desse percurso.



Figura 1: Aspectos históricos que influenciaram no desenvolvimento da Educação Financeira (Elaboração própria, 2024)

Como destacado na Figura 1, iniciaremos nossa discussão com o pós-guerra, culminando na criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Na sequência, apresentaremos a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seus primeiros passos e suas principais funções, até chegar na criação e no desenvolvimento do *Financial Education Project*, em 2003, que, após sua conclusão, impactou diversos países no que diz respeito ao ato de educar

¹ Este artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Rio Claro), escrita pela primeira autora (Silva, 2024) e orientada pelo segundo autor.

financeiramente os cidadãos.

Posteriormente, focaremos no Brasil, em particular, na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010, a qual tem elaborado propostas para promover a EF em diferentes contextos e de múltiplas maneiras. Por fim, direcionaremos as discussões para o âmbito educacional, especialmente para a Educação Matemática, apresentando algumas compreensões e contribuições importantes para a temática.

2 Aspectos históricos acerca da criação e do desenvolvimento da OCDE

De acordo com Baumann (2021), para que a economia europeia participasse novamente do comércio internacional após a Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de sua reconstrução. Com isso, foi fundada, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que visava um fortalecimento das relações econômicas entre os países europeus. Após a missão de reconstrução do continente, concretizada em 1960, foi assinada em Paris a Convenção para a transformação da OECE na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A constituição da OCDE “tem como antecedente fundamental os esforços multilaterais de administração do Plano Marshall² [...]” (Godinho, 2018, p. 23). Tal plano foi estabelecido como resposta às dificuldades apresentadas na reconstrução inicial do continente, elevando, por um lado, a escala da ajuda financeira estadunidense e exigindo, por outro, o comprometimento dos países europeus na criação da instância multilateral para a implementação da reconstrução.

De acordo com o autor, em julho de 1947, foi realizada em Paris a Conferência sobre a Cooperação Econômica Europeia, o que resultou na formação do Comitê para a Cooperação Econômica (doravante CCEE), que tinha como objetivo projetar o programa de recuperação econômica. Com o apoio estadunidense às propostas apresentadas, o CCEE passou a avaliar a possibilidade de “estabelecimento de organização permanente, devotada ao gerenciamento do Plano Marshall e centrada em objetivos de promoção do livre comércio, crescimento da produção, pleno emprego e estabilidade financeira” (Godinho, 2018, p. 24).

Com isso, em abril de 1948, a OECE foi estabelecida na Convenção, composta por 16 países³, acompanhados pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Canadá, inicialmente como observadores e, posteriormente, como membros associados. O desenvolvimento da OECE envolveu ações como o apoio ao estabelecimento da União Europeia de Pagamentos (UEP) e do Código de Liberalização do Comércio, contribuindo para a recuperação do comércio europeu e do crescimento regional (Godinho, 2018).

Ainda segundo o referido autor, com a recuperação do comércio regional, a necessidade de importações dos EUA e o acúmulo de reservas em dólares norte-americanos diminuiu, beneficiando a posição financeira dos países europeus (Godinho, 2018). Porém, devido a fatores como a intensificação das tensões associadas à Guerra Fria⁴, a necessidade de ampliar a

² O Plano Marshall, conhecido como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, tendo sido implementado por meio de assistência técnica e financeira. A ajuda foi dividida entre os países beneficiários em uma base per capita, na qual quantidades maiores de recursos foram dadas às grandes potências industriais, pois a principal ideia era de que seu renascimento seria essencial para o desenvolvimento geral da Europa (Godinho, 2018).

³ Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

⁴ A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico entre a União Soviética e os Estados Unidos e seus respectivos aliados, o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial (Munhoz, 2020).

cooperação transatlântica para além dos domínios alcançados pela OECE e o desacordo entre França e Reino Unido, ocorreu a transição da OECE para a OCDE. Os franceses, apoiados pelos EUA, opuseram-se ao propósito britânico de estabelecer uma área de livre comércio no âmbito da OECE, o que danificou a efetividade e inviabilizou as reuniões do seu Conselho a partir de dezembro de 1958.

Após esses acontecimentos, a reunião de cúpula, realizada em dezembro de 1959 em Paris, com a participação dos EUA, do Reino Unido, da França e da Alemanha Ocidental, abriu perspectivas para uma nova parceria transatlântica. Em maio do ano seguinte, ocorreu a Conferência sobre a Reconstituição da OECE, na qual a participação dos EUA e do Canadá como membros plenos foi confirmada e o novo modelo de organização definido, com nomenclatura direcionada ao objetivo de desenvolvimento econômico, dando início à discussão sobre o modelo de Convenção (Godinho, 2018). A nova Organização foi estabelecida com

objetivos mais amplos e a partir de vocação universal, direcionada à consulta e coordenação entre os países-membros e lastreada na consolidação do modelo econômico dos países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra. Em vigor a partir de setembro de 1961, o Convênio da OCDE (artigo 1) estipulou o objetivo geral de promoção de políticas para *alcançar o maior crescimento econômico e emprego sustentáveis [...] nos países-membros e contribuir à expansão econômica sólida de países-membros e não membros* (Godinho, 2018, p. 27).

Significa dizer que essa nova Organização estabelece um contraponto em relação à OECE (que tinha como intuito solucionar os desafios internos dos países europeus) ao se preocupar para além do continente, promovendo políticas com vistas a obter maior crescimento econômico e emprego sustentáveis nos países-membros. Além disso, tinha a intenção de contribuir para a expansão econômica sólida de países-membros e não membros.

Entretanto, durante a década de 1960, o desenvolvimento da OCDE mostrou uma continuidade e reorganização do trabalho desenvolvido pela OECE na década anterior. Já os anos de 1970, por sua vez, foram marcados por mudanças mais significativas da Organização⁵, como o estabelecimento da Diretoria de Meio Ambiente, com instrumentos ambientais em áreas com poluição e uso da água, reciclagem e poluição transfronteiriça (Godinho, 2018).

Os cenários de inflação e de desaceleração econômica após a segunda crise do petróleo, na década de 1980, foram desafios enfrentados pela Organização, que buscou se renovar com o foro⁶ de Coordenação Internacional. A discussão de questões, como a ampliação de seu quadro de membros e o estabelecimento de relações externas com outros países, fez-se necessária na década de 1990, em decorrência da “queda dos regimes socialistas na União Soviética e no leste europeu, a emergência de grandes economias em desenvolvimento e maior atenção a determinados tópicos das políticas públicas” (Godinho, 2018, p. 33).

2.1 A Educação Financeira na OCDE

Neste contexto de constituição e de desenvolvimento da Organização, é importante ressaltar que as atividades da OCDE são estabelecidas com base em camadas e etapas diferenciadas, contemplando

⁵ Evidenciamos que, no decorrer do texto, referimo-nos à OCDE também como Organização.

⁶ “Promoveu, nesse contexto, a implementação de Estratégia Macroeconômica de Médio Prazo entre seus membros, com resposta à ‘estagnação’ centrada em contração monetária, redução gradual de desequilíbrios fiscais e ajustes estruturais, com reformas microeconômicas e desregulamentação” (Godinho, 2018, p. 23).

- (i) o levantamento de estatísticas e elaboração de estudos e análises pelo secretariado;
- (ii) discussão sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais;
- (iii) negociação eventual de instrumentos; e
- (iv) avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, no marco de revisões por pares (Godinho, 2018, p. 38).

Na perspectiva de desenvolvimento da Organização, no ano de 2003, foi incluída como pauta de suas discussões a temática de Educação Financeira, influenciada pelo interesse de seus países membros⁷ (OCDE, 2005b).

No relatório *Better policies for better lives*, produzido pela OCDE em 2019⁸, afirma-se que “as implicações em longo prazo de baixos níveis de alfabetização financeira entre a maioria da população estão levando os governos a agir” (OCDE, 2019, p. 1), ou seja, os governos dos países analisados nesse estudo demonstravam preocupação com o crescimento econômico de suas nações. Eles viam como possível solução a implementação de políticas públicas, isto é, o desenvolvimento de estratégias de Educação Financeira que atendessem às necessidades de alfabetização financeira dos indivíduos. Essa inclusão culminou na aprovação (pelo biênio 2003-2004) da proposta intitulada *Financial Education Project*, desenvolvida pelos seguintes comitês: *Committee on Financial Markets and the Insurance Committee* (OCDE, 2005a).

É importante destacar que organizações influentes no universo financeiro, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também já elaboraram e desenvolveram propostas para educar financeiramente a população de diversos países. De acordo com Silva e Powell (2014), a participação dessas instituições se deu tanto com as recomendações em seus relatórios técnicos, concernentes às estratégias para tornarem o mercado mundial *mais saudável*, quanto com o apoio financeiro para o estudo do impacto de programas de Educação Financeira em diferentes países. No entanto, foi a OCDE que proporcionou uma maior abrangência do estudo, pois, à época, os 34 países-membros⁹ demonstravam interesse em educar financeiramente seus cidadãos e passaram a ser orientados pelas diretrizes elaboradas pela Organização (OCDE, 2005a).

Dois anos após a aprovação pelo biênio, em 2005, foi publicada a pesquisa, registrada em um relatório denominado *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Esse foi o primeiro grande estudo internacional sobre a temática, implementado em duas fases. A primeira delas tinha como foco a população em geral e seu objetivo era identificar e analisar os programas referentes ao tema oferecidos pelos países membros da OCDE (OCDE, 2005a). Segundo a Organização, buscava-se descrever e avaliar sua eficácia para que, por meio dos resultados, fosse possível fornecer informações e sugestões de ações, a fim de promover a conscientização e melhorar a Educação Financeira dos cidadãos (OCDE, 2005a). A segunda fase da pesquisa culminou na análise dos programas de Educação Financeira nas escolas e nas universidades, como será apresentado na próxima seção.

Silva e Powell (2013) abordam a questão e destacam os três pontos importantes

⁷ Atualmente, os países membros são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia. Além disso, seis países são candidatos a aderir ao grupo, sendo eles: Argentina, Brasil, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.

⁸ Em 2019, foram apresentados os dados dessa movimentação para a alfabetização financeira que começou em 2003.

⁹ Vale destacar que alguns países não membros foram convidados a participar do projeto. Por exemplo, o Brasil, que, posteriormente, foi influenciado pela proposta dessa Organização ao constituir a estratégia de Educação Financeira vigente do país.

identificados por esse estudo:

- O primeiro foi um aumento no número de trabalhadores que, para financiar suas aposentadorias, teriam que utilizar suas pensões e economias pessoais;
- O segundo foi a constatação de um alto endividamento, principalmente relacionado aos consumidores mais jovens, em decorrência, por exemplo, da maneira que faziam uso do cartão de crédito e da telefonia móvel;
- O terceiro e último ponto evidenciou que uma grande parte dos consumidores não participava do sistema financeiro, o que aponta para uma situação contraditória, pois, por um lado, havia um crescimento no número de operações financeiras realizadas de forma eletrônica, sugerindo a necessidade de que as pessoas tivessem uma conta bancária, e, por outro, foi constatada essa não participação dos consumidores.

De modo geral, no relatório (OCDE, 2005a), foram destacados problemas que os governos dos países membros da OCDE precisavam enfrentar, bem como fatores que intensificavam a importância da Educação Financeira para os cidadãos. Esses fatores, em suma, incluem

a complexidade e a variedade de produtos financeiros disponíveis para os consumidores e uma gama de opções relativas à, por exemplo, taxas de juros, prazos e honorários; o aumento da expectativa de vida das pessoas e os baixos níveis de conhecimento financeiro dos consumidores (Silva e Powell, 2013, p. 2).

Além desses fatores, foi apontado que os programas de Educação Financeira oferecidos pelos países-membros da Organização tinham uma variedade de temas direcionados ao público em geral. No entanto, alguns visavam, de forma mais específica, investidores, consumidores, pessoas que não participavam do sistema financeiro e endividados (Silva e Powell, 2013).

De acordo com Silva e Powell (2014), esses programas ofereciam ferramentas básicas para jovens adultos manterem seus orçamentos e economias sob controle ao começarem na vida profissional, propunham uma disciplina para as famílias pouparem, bem como habilidades para fazerem bons investimentos, por exemplo, a indicação de estudo. Todos esses aspectos ressaltados como possíveis benefícios que a Educação Financeira poderia proporcionar à sociedade.

Os autores destacam ainda que esses benefícios, ao educarem financeiramente as pessoas sugeridas no estudo, não visavam apenas os cidadãos comuns, mas também as economias dos países que receberiam um impacto significativo com essa educação, apesar de tal informação não estar explícita no relatório (Silva e Powell, 2014). Diante disso, entendemos que os pontos identificados pela pesquisa promovem uma visão específica de Educação Financeira: padronizada, com ações visando somente ao equilíbrio do sistema financeiro, desconsiderando questões sociais e culturais que atravessam os indivíduos.

Como consequência do relatório, no mesmo ano, a Organização publicou o documento *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, apresentando um conjunto de recomendações aos governos dos países-membros, com o propósito de promover o desenvolvimento de ações pertinentes à Educação Financeira (OCDE, 2005b).

Nesse documento, foi dada ainda uma definição de Educação Financeira que, posteriormente, forneceu a base para a construção das estratégias nacionais de diversos países,

como o Brasil e a Espanha. A Organização entende a Educação Financeira como

o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento, objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005b, p. 26).

Logo, a OCDE demonstra uma preocupação com os consumidores em relação à sua compreensão sobre os conceitos e os produtos financeiros. Isso porque, por meio desse conhecimento, eles podem desenvolver habilidades e confiança para fazerem escolhas informadas e, conseqüentemente, cuidarem do próprio bem-estar financeiro.

Dando continuidade aos aspectos apresentados pelo documento, além dos fatores mundiais e da importância de a Educação Financeira ser abordada e discutida por todos os setores da sociedade, recomenda-se o desenvolvimento da temática desde a Educação Básica e propõem-se sugestões de formações para os educadores. Nesta perspectiva de promoção da Educação Financeira, é evidenciada pela Organização a importância do desenvolvimento de uma estratégia nacional, favorecendo a constituição de diretrizes concretas e o desenvolvimento eficaz da temática (OCDE, 2005b).

Para acompanhar essas iniciativas de Educação Financeira nos diferentes países, foi criada, em 2008, pela OCDE, a *International Network of Financial Education* (INFE¹⁰), considerada o principal veículo para discussões, constituindo-se como uma plataforma que permite o compartilhamento de conhecimentos e experiências de Educação Financeira a nível mundial. Isso possibilita, além da avaliação da realidade de cada país, o subsídio do desenho de políticas públicas no âmbito da Educação Financeira (Vieira e Pessoa, 2020).

Um aspecto significativo referente à rede INFE foi a adoção de duas definições de Literacia Financeira em seus programas e metodologias de avaliação, sendo que uma é direcionada à população adulta e a outra a jovens. As definições adotadas são, respectivamente: “Literacia Financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessário para tomar consistentes decisões financeiras e alcançar almejado bem-estar financeiro individual” (EIOPA *apud* Silva e Powell, 2014, p. 9).

Literacia Financeira é o conhecimento e compreensão de conceitos e riscos financeiros, e habilidade, motivação e confiança em aplicar tal conhecimento e entendimento tomando decisões efetivas em vários contextos financeiros a fim de melhorar o bem-estar financeiro do indivíduo e da sociedade, e permitindo a participação na vida econômica (OECD *apud* Silva e Powell, 2014, p. 9).

A partir da primeira definição, a OCDE/INEF desenvolveu um teste-piloto com a população adulta, por meio de um questionário com o intuito de medir a Literacia Financeira dessas pessoas. O foco dessa verificação se deu por três componentes: níveis de conhecimento financeiro; comportamento financeiro; e atitudes relacionadas aos vários aspectos da Literacia Financeira. Isso porque, segundo a proposta de avaliação, uma pessoa alfabetizada financeiramente deveria ter conhecimento básico de conceitos financeiros fundamentais, além

¹⁰ A página pode ser acessada em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-international-network-on-financial-education.htm>.

de que seus comportamentos, atitudes e escolhas têm impacto significativo sobre o próprio bem-estar financeiro (Silva e Powell, 2014).

Com relação à segunda definição, o público-alvo da avaliação dessa Literacia foram os estudantes, cujo foco estava em verificar a capacidade de utilizarem seus conhecimentos e suas habilidades para enfrentar desafios de uma vida real, indo além da dominação do conteúdo curricular específico. Os autores expõem que essa definição foi elaborada por um grupo de peritos que desenvolveram a avaliação para o Programa Internacional de Avaliação de Alunos [PISA¹¹] 2012 (Silva e Powell, 2014).

Esclarece-se que, para a OCDE (2012, p. 14), “a Literacia Financeira está preocupada com a forma como o indivíduo entende, gerencia e planeja as questões financeiras pessoais e de sua família”. Ou seja, para a Organização, a Literacia Financeira está ligada diretamente às questões financeiras pessoais da população. Com isso, destacamos a importância de, por meio dessas definições, compreender as perspectivas das organizações para o desenvolvimento da Educação Financeira. São esses os conceitos que orientam os projetos desenvolvidos pelos países participantes, em particular, o Brasil, buscando a construção de uma Educação Financeira para além dos aspectos econômicos, com apontamentos que proporcionem uma abordagem reflexiva e crítica de temas que extrapolem o individual.

3 A Estratégia Nacional de Educação Financeira: um foco no contexto brasileiro

Vieira e Pessoa (2020) afirmam que as discussões sobre Educação Financeira no Brasil não são recentes e que alguns períodos contribuíram para a formalização da temática. As autoras pontuam que, até meados dos anos 1990, o país era marcado pela desestabilização da moeda nacional, com altos índices de inflação e pouco acesso à informação, o que restringia os conhecimentos financeiros às pessoas que possuísem algum tipo de capital.

A preocupação naquele período estava pautada em dicas de investimentos para preservar ou para multiplicar recursos, realizadas por especialistas em produtos de mercado financeiro. Com isso, não havia a pretensão de ensinar a planejar, além de que os altos índices de inflação, associados à baixa bancarização, desenhavam um cenário no qual o planejamento era praticamente impossível (Vieira e Pessoa, 2020).

Outro período ressaltado pelas autoras como um marco na trajetória da Educação Financeira foi a implementação do Plano Real, ocorrida em 1994, que possibilitou a estabilização da economia e a redução da inflação. Naquele contexto, com o equilíbrio dos preços, houve uma melhora nas condições econômicas, no mercado de trabalho e na expansão do crédito (Lameira, 2004).

O controle da inflação, o aumento do número de pessoas com acesso ao sistema bancário nos anos 2000 e a disponibilidade de crédito promovida por políticas sociais e econômicas proporcionaram aos brasileiros facilidade na aquisição de novos produtos e serviços. Nessas circunstâncias, criou-se um ambiente favorável ao crescimento do consumo do cidadão médio (Teixeira e Kistemann Jr., 2017).

Com esse crescimento, ensinou-se uma *preocupação* no sentido de orientar a população sobre os “prejuízos do consumo excessivo e sobre importância de um planejamento doméstico

¹¹ “O PISA é um dispositivo baseado sobre o conhecimento e gerador de conhecimento, que combina componentes sociais e técnicos, ele (O PISA) participa do estabelecimento de regras pela coordenação e o controle da ação pública em educação” (Vilanni e Oliveira, 2018, p. 1348). Trata-se de uma avaliação internacional de aprendizagem e de desempenho realizada a cada três anos com estudantes entre 15 e 16 anos, avaliação esta coordenada pela OCDE.

e familiar para evitar dívidas e desperdícios, preparando-se para um futuro financeiro saudável e equilibrado” (Vieira e Pessoa, 2020, p. 663). As condições desse período começavam a permitir que o planejamento financeiro, para a classe média brasileira, fosse um objetivo possível. Começaram a surgir obras literárias¹² que atendiam a essa demanda, entretanto, ainda com um intuito de dar informações sobre como chegar à prosperidade e ao enriquecimento.

A disponibilidade dessas obras no começo dos anos 2000 não foi suficiente “para reeducar o comportamento financeiro e evitar a crise econômica que assolou o nosso país, causando uma série de inadimplências no mercado de crédito” (Vieira e Pessoa, 2020, p. 663-664). Resultado que não causa surpresa, pois o foco não estava, de fato, em ajudar a população.

Para as autoras, em meio a esse cenário e com as influências adquiridas por meio das participações em comitês criados pela OCDE, nos quais havia discussões referentes à importância da Educação Financeira, o Brasil desenvolveu uma política de Estado: a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Corroborando essas autoras, Baroni (2021) aponta que, a partir de 2007, houve uma intensificação nas ações voltadas para a temática, influenciadas pelos movimentos da OCDE, destacando ações que antecederam a constituição dessa política pública, por exemplo, a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC¹³), pelo governo federal, e a fundação do Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, cujo intuito era justamente desenvolver o Projeto Nacional de Educação Financeira.

Martins (2013) ressalta a participação do GT no 3º Encontro da INFE, em Paris, promovido por iniciativa da OCDE, em dezembro de 2009, no qual foi decidido que a sede da Conferência Internacional de Educação Financeira seria o Rio de Janeiro para que o diálogo sobre o tema na América Latina fosse ampliado.

Em meados de 2009, “esse GT apresentou uma proposta de trabalho que veio a se tornar, mais tarde, o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), do governo brasileiro” (Baroni, 2021, p. 68). Tal plano tinha como objetivo consolidar a ENEF e as ações previstas no Decreto nº 7.397/2010 (Brasil, 2010), aprovado pela Deliberação nº 2/2011, do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), oficialmente publicado em 23 de dezembro de 2010 pelo governo.

Em linhas gerais, a ENEF é uma política de Estado de caráter permanente que objetiva promover um ecossistema de Educação Financeira e previdenciária, com vistas a “contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência da solidez do sistema financeiro nacional e tomada de decisões mais autônomas e conscientes por parte da sociedade brasileira” (Brasil, 2018, p. 3). Com relação ao CONEF, ele foi estabelecido pela ENEF como seu comitê de governança, formado por órgãos e entidades governamentais, bem como por quatro

¹² Algumas dessas obras foram apresentadas por Vieira e Pessoa (2020): *Pai rico pai pobre*, de Robert T. Kiyosaki (1997); *Independência Financeira*, de Robert T. Kiyosaki e Sharon L. Lechter (2001); *Investimentos – Como Administrar Melhor seu Dinheiro*, de Mauro Halfeld (2001); *Seu futuro financeiro*, de Louis Frankenberg (2000).

¹³ De modo geral, o Comitê tem por objetivo promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e supervisionam os mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, com o intuito de garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional (Brasil, 2020). Em 2008, foi realizada, pelo Comitê, uma pesquisa de âmbito nacional visando mensurar o grau de Educação Financeira da população brasileira.

organizações da sociedade civil¹⁴, sendo responsável por traçar as diretrizes para ações e para projetos disseminadores de Educação Financeira no país, levando em consideração os objetivos e as metas da instituição.

Em 16 de maio de 2007, o Brasil foi designado como parceiro-chave¹⁵ da Organização, que visa, com esse compromisso,

aumentar o envolvimento das principais economias emergentes no trabalho diário da Organização, promover o compartilhamento de perspectivas e abordagens políticas por meio de suas parcerias com órgãos da OCDE, adesão aos instrumentos jurídicos da OCDE e integração nos bancos de dados estatísticos e indicadores de políticas da Organização (OCDE, 2023).

Nessa perspectiva de parceira, um acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE foi assinado em julho de 2015, institucionalizando a participação nacional em diversos fóruns desenvolvidos pela Organização. Esse acordo proporcionou aprofundamento, sistematização e estreitamento dos laços entre eles. O movimento mais recente dessa parceria foi feito em 25 de janeiro de 2022, quando o conselho da OCDE decidiu abrir discussões de acesso com o Brasil (OCDE, 2023).

Nos caminhos traçados pela ENEF, evidencia-se, cada vez mais, a influência dos ideais da OCDE em suas práticas. Isso porque, a cada novo decreto instituído, a atuação dos representantes da educação no CONEF foi reduzida. Em 2019, por exemplo, foi revogada a instituição do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) e, em 2020, o Decreto de 2010 foi revogado na íntegra e substituído, em 9 de julho desse ano, pelo Decreto 10.939, de 9 de junho de 2020¹⁶, o qual traz algumas mudanças.

Uma delas foi a substituição do CONEF pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que, apesar de ser um órgão similar, estabeleceu modificações, como a substituição de representantes da sociedade civil (lugares anteriormente ocupados pelos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social) por representantes das secretarias que integram o Ministério da Economia. Outrossim, a gratuidade das ações de Educação Financeira, garantida pelo Decreto de 2010, foi retirada dessa nova versão e o Ministério da Educação foi rebaixado a último órgão responsável pela direção, supervisão e fomento da temática no país (Brasil, 2020).

Ademais, a retirada de temas como cidadania, consumo consciente e tomada de decisão da discussão evidenciam uma Educação Financeira securitária, previdenciária e fiscal (Melo *et al.*, 2021), influenciada pela OCDE. Desse modo, ressaltamos o retrocesso causado com a nova ENEF (Brasil, 2020) ao permitir que pessoas e empresas mercantilizem a Educação Financeira.

Durante esses 13 anos de desenvolvimento após sua instituição, a ENEF vem elaborando, de acordo com seus próprios ideais (que são questionáveis), ações que permitem expandir a Educação Financeira no Brasil. As principais estratégias são voltadas tanto à Educação Financeira nas escolas quanto ao programa direcionado aos adultos, o qual abrange

¹⁴ Por exemplo: o Banco Central do Brasil (BCB); a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); a Superintendência de Seguros Privados (Susep); o Ministério da Fazenda; o Ministério da Previdência Social; o Ministério da Justiça; a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima); a Bolsa de Valores; as Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

¹⁵ Para fortalecer a cooperação com o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul, a Organização desenvolveu um programa de maior engajamento, que os definiu como parceiros-chave (OCDE, 2023).

¹⁶ Antes dessa substituição, houve modificação no texto dos Decreto n. 8.584, de 7 de dezembro de 2015, e o Decreto n. 10.087, de 5 de novembro de 2019.

aposentados com renda máxima de dois salários mínimos e mulheres beneficiárias do Bolsa Família (Brasil, 2018).

Esses planos estão divididos em setoriais (ações e programas desenvolvidos pelos membros do FBEF), alinhados às diretrizes propostas pela ENEF e programas transversais (ações da ENEF), que objetivam abordar temas como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor, e não são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão ou entidade (Brasil, 2018). A Semana Nacional de Educação Financeira, que objetiva disseminá-la no país; o Programa Educação Financeira nas Escolas, que propõe levá-la para o ambiente escolar; o Selo ENEF, que visa reconhecer iniciativas concernentes a ela; o Projeto Itinerante de Educação Financeira; o Mapeamento Nacional das Iniciativas; e a Rede de Educação Financeira são exemplos dessas ações (Brasil, 2018).

Para Vieira e Pessoa (2020), as atividades desenvolvidas pela ENEF são importantes para a disseminação da temática no Brasil. No entanto, não são suficientes para promovê-la no país, haja vista que precisam ser constantemente problematizadas. Em consonância com as autoras, Silva, Kistemann Jr. e Vital (2014) asseveram que a proposta de inserção de Educação Financeira precisa ser ampliada.

Corroborando esses autores, em especial no que se refere à Educação Financeira no âmbito da Educação, entendemos que a implantação de polos de Educação Financeira em apenas quatro estados brasileiros — considerando que o país possui 26 estados, além do Distrito Federal, o qual conta com aproximadamente 5.568 municípios (IBGE, 2023) —, expõe uma grande carência na disseminação e na implementação eficaz da temática. Essa carência também é evidenciada na constituição dos dados da pesquisa (que gerou este artigo), tanto pela falta de formação de professores e materiais didáticos quanto pela problematização da constituição de uma Educação Financeira mercadológica, proposta pelos órgãos supracitados.

3.1 Educação Financeira na Educação Básica brasileira

Retomando a discussão acerca dos caminhos traçados pela Educação Financeira em uma perspectiva educacional, com base, para tanto, em uma ordem cronológica dos acontecimentos a partir da iniciativa da OCDE (justificada anteriormente), evidenciaremos a segunda parte do estudo realizado pela Organização em 2005. O objetivo era descrever e analisar programas de Educação Financeira disponíveis nas escolas e nas universidades dos países-membros.

No relatório anteriormente citado (OCDE, 2005b), uma das recomendações apresentadas era de que a Educação Financeira começasse na escola, considerando que as pessoas deveriam ser educadas o mais cedo possível. Na perspectiva do projeto voltado para as escolas, em 2008, foi publicado o relatório *Financial Education Programmes in Schools: Analysis of selected Current Programmes and Literature Draft Recommendations for Best Practices*. Esse documento mostrava as análises dos programas de Educação Financeira desenvolvidos pelos países-membros no âmbito educacional, bem como o estudo realizado com as pesquisas disponíveis, referentes à eficácia dessas iniciativas junto aos estudantes (Mundy, 2008). Apontou-se, como consenso, que o propósito da constituição da temática nas escolas seria o de ajudar os discentes a gerenciarem o seu dinheiro ao longo de suas vidas (Mundy *apud* Silva e Powell, 2014).

Um das questões evidenciadas girou em torno da obrigatoriedade (ou não) da Educação Financeira no currículo escolar. A Organização não assumiu uma posição a esse respeito, mas relatou as medidas adotadas nos países pesquisados, destacando-a em alguns deles.

Nesse contexto de obrigatoriedade — e dada a influência da Organização na ENEF —, ressaltamos que, com sua instituição em 2010, foram desenvolvidas ações para a implementação do tema no currículo da Educação Básica. Por exemplo, a constituição do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) para assessorar o CONEF em relação aos elementos pedagógicos para a Educação Financeira e Previdenciária, cujo presidente da época foi um representante do Ministério da Educação (Souza, 2015). No entanto, houve mudanças e conseqüentemente retrocessos com a revogação do Decreto de 2010, em 2020, conforme discutido anteriormente.

O convite feito ao Brasil para participar do projeto proposto pela OCDE em 2005, a própria constituição do Plano Diretor da ENEF em 2010, desenvolvido pelo GT após sua participação no 3º Encontro da INFE, e o acordo de cooperação assinado entre Brasil e OCDE em 2015 são aspectos que evidenciam a influência das perspectivas da Organização na constituição da Estratégia Nacional. Realçando essa posição, Baroni (2021) afirma que a definição de Educação Financeira proposta pela Estratégia Nacional corrobora o conceito divulgado em 2005 pela OCDE. Segundo o CONEF, Educação Financeira é

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2011, p. 20).

Ao olharmos para a Educação Financeira sob essa ótica, percebemos novamente uma proposta centrada no indivíduo colocado como único responsável pelo seu crescimento financeiro, desconsiderando as obrigações do Estado, o contexto em que está inserido, as problemáticas, ou seja, não leva em conta, de fato, o ser humano. Corroborando essa perspectiva, Moraes e Freitas (2021) indicam que a temática, nesse sentido, está intrinsecamente ligada ao acúmulo e à manutenção de recursos.

Mazzi e Baroni (2021) evidenciam que, ao se considerar a Educação Financeira como um meio de educar para o dinheiro, pressupõe-se uma visão mercadológica dela, sugerindo um papel passivo do cidadão, a quem cabe apenas consumir da melhor forma possível. Na mesma direção, autores como Silva e Powell (2013), Saraiva (2017), Pessoa, Júnior e Kistemann Jr. (2018), Melo e Pessoa (2019), Silva, Pessoa e Carvalho (2019) e Baroni (2021) compartilham o entendimento de que as ideias desenvolvidas pela OCDE e pela ENEF expõem um perspectiva reducionista da Educação Financeira ao se centrarem em aspectos econômicos, sem grandes apontamentos para uma abordagem reflexiva e crítica de temas como desigualdade social, desemprego, deficiências educacionais, entre tantos outros aspectos que extrapolam o individual (Saraiva, 2017).

Posto isso, entendemos que a Educação Financeira deve ser abordada de maneira que possa ser refletida e debatida, expandindo o seu campo de conhecimento financeiro, ou seja, “precisa ser discutida sob a ótica de um ensino emancipatório, crítico e reflexivo” (Silva, Pessoa e Carvalho, 2019). Nessa perspectiva, consideramos o conceito de Educação Financeira Escolar (EFE) proposto por Silva e Powell (2013, p. 12), que assumem a EFE como

um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e

economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

Os autores supracitados criticam o fato de que há uma tendência a limitar as discussões sobre Educação Financeira a questões voltadas às finanças pessoais. Por isso, propõem que os estudantes conheçam o universo do dinheiro, analisando e fazendo julgamentos fundamentados sobre o mundo financeiro, em especial desenvolvendo posições críticas sobre a vida financeira pessoal, familiar e da sociedade em que estão inseridos. De modo a deixar clara essa visão mais ampla e conectada a discussões para além das finanças, Silva e Powell (2013) apresentam uma proposta curricular — que não é fixa, nem engessada —, mas que exemplifica possibilidades de tópicos que podem permear a Educação Financeira na Educação Básica.

Quadro 1: Proposta curricular de Educação Financeira

<p>I — Noções básicas de finanças e economia</p> <p>Neste eixo, os temas de discussão seriam, por exemplo, o dinheiro e sua função na sociedade; a relação entre dinheiro e tempo; as noções de juros, poupança, inflação, rentabilidade e liquidez de um investimento; as instituições financeiras; a noção de ativos e passivos e aplicações financeiras.</p>	<p>II — Finança pessoal e familiar</p> <p>Neste eixo, seriam abordados temas como: planejamento financeiro; administração das finanças pessoais e familiares; estratégias para a gestão do dinheiro; poupança e investimento de finanças; orçamento doméstico; impostos.</p>
<p>III — As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro em uma sociedade de consumo</p> <p>Neste eixo, seriam explorados temas como: oportunidades de investimento; os riscos no investimento do dinheiro; as armadilhas do consumo por trás das estratégias de marketing e como a mídia incentiva o consumo das pessoas.</p>	<p>IV — As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a EF</p> <p>Neste eixo, seriam tratados temas como: consumismo e consumo; as relações entre consumismo, produção de lixo e impacto ambiental; salários, classes sociais e desigualdade social; necessidade x desejo; ética e dinheiro.</p>

Fonte: Elaborado a partir de Silva e Powell (2013, p. 14)

Essa estrutura é pautada “em três dimensões — pessoal, familiar e social — e possui quatro eixos norteadores” (Mazzi e Domingues, 2021, p. 4). Corroborando esses autores, compreendemos que é possível dialogar com os quatro eixos, atravessando cada um desses blocos, o que constitui o ensino da Educação Financeira não engessado e destaca a amplitude do assunto.

Dessa forma, buscamos uma Educação Financeira que possa convidar os estudantes a pensarem criticamente sobre as situações econômicas e sociais que os cercam, visando à melhoria de sua qualidade de vida no âmbito pessoal, familiar e social. Levando em conta o contexto escolar, devemos enfatizar que a Educação Financeira se torna uma temática obrigatória nos currículos da Educação Básica a partir de 2017, com a instituição da Base Nacional Comum Curricular — BNCC (Brasil, 2017).

Apesar de ser inserida como um tema transversal, Mazzi, Oliveira e Lima (no prelo) apontam que a expressão *Educação Financeira* aparece quase que de forma exclusiva no componente curricular de Matemática, mencionada apenas uma vez nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sem, no entanto, ser proposta nas competências específicas nem nas habilidades dessa área, o que a torna exclusiva das competências específicas de Matemática. Com isso, diverge-se do que é proposto com a transversalidade. Esse movimento da BNCC, ao mesmo tempo que evidencia um protagonismo da Matemática, traz como consequência o fato de que a ação de educar financeiramente na Educação Básica é atribuída especialmente ao

professor de Matemática.

Ademais, considerando a problemática destacada por Vieira e Pessoa (2020, p. 667) de que “há professores que não sabem como abordar o tema em sala de aula, escolas que ainda não organizaram sua matriz curricular para trabalhar de forma transversal e interdisciplinar e processos formativos que orientem os professores”, discutiremos, na próxima seção, o papel do professor de Matemática com relação à temática.

4 Formação com relação à Educação Financeira: o que dizem a OCDE e a ENEF?

A recomendação para que a Educação Financeira comece na escola, levando em conta o fato de que as pessoas deveriam ser educadas financeiramente o mais cedo possível, é mencionada na seção “Boas Práticas” do segundo documento publicado pela Organização (OCDE, 2005b). Quanto aos programas que favorecem o uso de salas de aula, é sugerido no documento que “deve ser promovido aos educadores educação e competências adequadas. Nesse sentido, o desenvolvimento de programas de ‘capacitação dos formadores’ e a disponibilização de material informativo e ferramentas específicas para estes formadores deve ser encorajado” (OCDE, 2005b, p. 7, tradução nossa).

Tendo em vista as diretrizes da OCDE acerca da necessidade de promover o desenvolvimento de programas com a finalidade de formar financeiramente os educadores, além de indicar que as políticas públicas deveriam incentivar o fornecimento de material de informação e ferramentas a esses profissionais, Baroni (2021) questiona quais seriam as devidas educação e competência dos educadores explicitadas no documento. A autora aponta que, nas entrelinhas da definição, “a organização assume que existe um mercado financeiro e que a Educação Financeira deve cuidar para que se conheça esse mercado, utilizando seus produtos da melhor maneira possível, pensando na proteção e bem-estar financeiro do sujeito” (Baroni, 2021, p. 67).

Essa é uma visão que parece limitar a área de atuação da Educação Financeira ao trabalho com finanças pessoais e ao comportamento dos consumidores, desconsiderando reflexões de elementos no contexto social, político e econômico. Baroni (2021) destaca que, quando se sugere treinar os formadores, parece haver uma supremacia de técnicas a serem aplicadas, em detrimento dessas reflexões mais abrangentes. Ela menciona, ainda, que é preciso estar atento ao papel do professor, em especial o de Matemática, para que “não seja reduzido a ensinar a consumir e ensinar os cálculos envolvidos nas negociações financeiras, como se calcular e planejar fossem ações suficientes para tomar uma decisão” (Baroni, 2021, p. 177). Nessa direção, Barbosa, Araújo e Paes (2020) afirmam a necessidade de uma Educação Financeira que não se restrinja ao ensino dos tipos de investimentos bancários e à Matemática Financeira, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Com relação à ENEF, as formações, os cursos e os programas desenvolvidos, de forma geral, são em parceria com organizações privadas, empresas e bancos que têm a oportunidade de fortalecer ainda mais suas influências neoliberais na educação, buscando orientar seus clientes e usuários acerca de produtos financeiros, de modo que transforme a Educação Financeira em mercadoria a ser vendida (Mundy, 2008; Savoia, Saito e Santana, 2007). Os programas de formação de professores, por exemplo, foram intensificados e ampliados pela Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF¹⁷), em parceria com a Serasa Consumidor

¹⁷ Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 2011, a fim de garantir a isenção, a transparência e assegurar a transversalidade das ações para a Educação Financeira no país, coordenando e executando ações e programas da ENEF para a disseminação da temática (Brasil, 2018).

e a Serasa Experian (Brasil, 2018), órgãos privados.

Embora, em 2018, a ENEF tenha concebido esses programas de formação e criado cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em Educação Financeira para educadores, o estudo de Vieira e Pessoa (2020), ao explorar a forma como diferentes países organizam seus programas e estratégias nacionais de Educação Financeira, aponta que a política de Educação Financeira do Brasil ainda não executa essa preparação de forma sistemática.

Esses cursos foram constituídos por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTS) entre a AEF, as secretarias de educação e as universidades federais após a implementação dos quatro polos de Educação Financeira (no Tocantins, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Paraíba) no biênio 2017-2018, conforme já mencionamos. A elaboração desses programas pela ENEF, em parceria com órgãos privados, sua não sistematização, além do destaque ao gerenciamento de receitas individuais, ao fomento e à consolidação do mercado em seus objetivos (Brasil, 2017), exaltam a relevância dos recursos financeiros em detrimento de outros fatores, reforçando o olhar trazido pela OCDE.

Apesar de a BNCC apresentá-la como um tema contemporâneo, transversal e pertinente a várias áreas de estudo, não mostra de forma clara o que considera Educação Financeira e a resume a aspectos vinculados à Matemática, destacando apenas as taxas de juros, a inflação, os investimentos e impostos ao trabalhar, o que limita a visão sobre ela.

Diante do exposto, podemos entender que as ideias presentes nesses documentos que guiam a Educação Financeira estão relacionadas ao educar para o mercado (Brasil, 2018). Dessa maneira, fica a cargo dos sistemas educacionais, das redes de ensino e das escolas, em suas devidas esferas, a autonomia e a competência de incorporá-las aos seus currículos (Brasil, 2018). No entanto, essa abordagem deixa de lado as limitações e as dificuldades de cada instituição de ensino, possibilitando que lacunas se abram em relação a como educar financeiramente.

Nessa perspectiva de como educar financeiramente, o estudo de Souza (2015) apresenta um levantamento de iniciativas de formação em Educação Financeira de instituições no Brasil, destacando que existem poucas pesquisas voltadas à formação de professores para lecionar na Educação Básica. A maioria tem como foco a educação para finanças pessoais, priorizando o “aprendizado voltado para o planejamento de finanças pessoais e dos conceitos dos mercados de capitais. Evidenciam que o conhecimento é a base para criar uma cultura de poupança e formação de patrimônio no país” (Souza, 2015, p. 32).

Significa dizer que, além da OCDE, da ENEF, da BNCC e de seus apoiadores, de forma geral, as iniciativas no Brasil estão em um movimento de focalizar o dinheiro e de mercantilizar a Educação Financeira. Salientamos que não negamos a possibilidade de os indivíduos transgredirem a pobreza e alcançarem a independência financeira. Entretanto, ressaltamos que esse não é o foco da Educação Financeira, em especial para a OCDE, a ENEF e a BNCC, “uma vez que sustentam um olhar apático para o cidadão, que deve enriquecer a qualquer custo [...]” (Menecucci, 2022, p. 26).

Com isso, compreendemos que, além da problematização em torno dos princípios e das constituições dos programas desenvolvidos pela ENEF (e de sua disseminação ainda precária), outras iniciativas que poderiam auxiliar os educadores, sobretudo os de Matemática, tendem a ter os mesmos objetivos que as organizações supracitadas. Isso dificulta o ensino da Educação Financeira de maneira crítica e reflexiva, indo além do individualismo. Desse modo, torna-se ainda mais necessário o desenvolvimento de pesquisas nesse contexto da Educação, buscando construir uma Educação Financeira de forma colaborativa, liderada por nós professores, para

aplicação em sala de aula.

5 Considerações finais

As discussões acerca da Educação Financeira têm se desenvolvido ao longo dos anos, trazendo diferentes propostas e encaminhamentos. A trajetória histórica apresentada neste texto teve como intuito contribuir para uma compreensão mais ampla de como a temática foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Inicia-se com o contexto de criação da OCDE, organização que promoveu uma abrangência internacional da temática, justamente pelos estudos realizados e, conseqüentemente, a criação do *Financial Education Project*, em 2003, até a instituição da Nova ENEF, em 2020, no Brasil.

A partir das medidas e ações promovidas pela OCDE e pela ENEF, nota-se uma visão mercadológica de Educação Financeira, que tem como objetivo possibilitar que o indivíduo, de modo geral, tenha acesso às ferramentas necessárias para que se torne responsável por todas as situações financeiras que o atingem: cuidados com a saúde, aposentadorias, segurança etc. Isso porque se concentram em aspectos econômicos, propondo um olhar para a temática de modo a educar para o dinheiro, sem grandes apontamentos reflexivos ou críticos de temas como desigualdade social, desemprego, deficiências educacionais, dentre tantos outros aspectos que extrapolam o individual.

Com o passar dos anos e o amadurecimento de discussões em âmbito educacional e, em particular, no contexto da Educação Matemática, área de nosso interesse, pesquisadores têm lutado e defendido uma Educação Financeira que questione o sistema neoliberal e reflita sobre possíveis transformações sociais. Nessa perspectiva, a Educação Financeira pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos que contribuem para um entendimento amplo da sociedade, por exemplo, o motivo de se manter pessoas em situação de pobreza extrema; os impactos ambientais decorrentes da produção excessiva de lixo; a questão da fome e da falta de água para diversos grupos; bem como ainda existir pessoas em situações análogas à escravidão nos dias atuais; dentre tantos outros assuntos necessários

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da primeira autora no desenvolvimento de seu mestrado, que gerou este artigo.

Nota

A revisão textual (correções gramatical, sintática e ortográfica) deste artigo foi custeada com verba da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (Fapemig), pelo auxílio concedido no contexto da Chamada 8/2023.

Referências

BARBOSA, Gabriela Santos; ARAÚJO, Jerlan Manaia; PAES, Ana Marlice Manhães. [Modelagem Matemática e Educação Financeira: uma integração possível no desenvolvimento da criticidade dos estudantes](#). *Educação Matemática Debate*, v. 4, n. 10, p. 1-25, 2020.

BARONI, Ana Karina Cancian. [Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor](#). 2021. 254f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

BAUMANN, Renato. O que esperar da membresia na OCDE? *Revista Tempo do Mundo*, n. 25,

p. 29-50, 2021.

BRASIL. [Decreto n. 10.939, de 9 de junho de 2020](#). Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira — FBEF. Brasília: Diário Oficial da União, 9 jun. 2020.

BRASIL. [Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010](#). Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 22 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Associação de Educação Financeira do Brasil. [Relatório Anual AEF Brasil](#). Brasília: MEC/CAEF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Estratégia Nacional de Educação Financeira. *Plano Diretor da ENEF: Anexos*. Brasília: MEC/ENEF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos*. Brasília: MEC/SEB, 2019.

GODINHO, Rodrigo de Oliveira. *A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional: Perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização*. Brasília: FUNAG, 2018.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. [Uma revisão sobre a Economia Brasileira e o Mercado Financeiro após o Plano Real: as mudanças e a evolução do mercado de capitais entre 1995 e 2002](#). *Revista Contabilidade & Finanças*, n. 35, p. 96-110, maio/ago. 2004.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. [A formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do governo brasileiro](#). 2013. 98f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro.

MAZZI, Lucas Carato; BARONI, Ana Karina Cancian. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In: BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei Luís Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares. *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Curitiba: Appris, 2021, p. 37-53.

MAZZI, Lucas Carato; DOMINGUES, Nilton Silveira. [Educação Financeira na Educação Básica: um foco nas percepções dos estudantes](#). *Em Teia*, v. 12, n. 2, p. 2-24, 2021.

MAZZI, Lucas Carato; OLIVEIRA, Vanessa; LIMA, Adriana de Souza. O que pode Educação Financeira na escola? In: MAZZI, Lucas Carato; LIMA, Adriana de Souza; OLIVEIRA, Vanessa. *Educação Financeira na Escola: teorias e práticas para a Educação Básica*. No prelo.

MELO, Danilo Pontual; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. [Educação Financeira no](#)

[Ensino Médio: possibilidades](#). *ReBECCEM*, v. 3, n. 2, p. 488-513, ago. 2019.

MELO, Danilo Pontual; VIEIRA, Glauciane da Silva; AZEVEDO, Suedy Santos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. [Diálogos entre a Educação Financeira Escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental](#). *Em Teia*, v. 12, n. 2, p. 1-27, 2021.

MENECUCCI, Fabio Alves. [Neoliberalismo, Consumismo e Educação Financeira: reflexões de cidadãos-professores-estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática](#). 2022. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

MORAES, Flávia Aparecida; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. [Curso de Educação Financeira Escolar: produto educacional para a formação de professores](#). *Em Teia*, v. 12, n. 2, p. 2-28, 2021.

MUNDY, Shaun. Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft. Recommendations for best practices. *OCDE journal: General papers*, v. 3, p. 3-66, 2008.

MUNHOZ, Sidney. *Guerra Fria: História e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.

OCDE — Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Advancing National Strategies for Financial Education*. Paris: OECD Publishing, 2019.

OCDE — Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Better policies for better lives*. Paris: OECD Publishing, 2023

OCDE — Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Improving Financial Literacy: analysis of issues and policies*. Paris: OECD Publishing, 2005a.

OCDE — Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. *Directorate for Financial and Enterprise Affairs*. Paris: OECD Publishing, 2005b.

OECD — Organization for Economic Cooperation and Development. PISA 2012. [Financial Literacy Assessment Framework](#). Paris: OECD Publishing, 2012.

PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; JÚNIOR, Ivail Muniz; KISTEMANN JR., Marco Aurélio. [Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática](#). *Em Teia*, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2018.

SARAIVA, Karla Schuck. [Os sujeitos endividados e a Educação Financeira](#). *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. [Paradigmas da Educação Financeira no Brasil](#). *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Amarildo Melchiades; KISTEMANN JR., Marco Aurélio; VITAL, Márcio Carlos. Um estudo sobre a inserção da Educação Financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras. In: *Anais do Seminário de Investigação em Educação Matemática*. Braga: 2014, p. 35-46.

SILVA, Amarildo Melchiades; POWELL, Arthur Belford. Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Boletim GEPEM*, n. 66, p. 3-19, 2014.

SILVA, Amarildo Melchiades; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba, 2013, p. 1-17.

SILVA, Arlam Dielcio Pontes; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima. Educação Financeira em aulas de Matemática: o que eu vejo é o sistema monetário!? In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Educação Matemática*. Cuiabá, 2019, p. 1-14.

SOUZA, Andréa Stambassi. *Design e desenvolvimento de um curso de formação continuada para professores em Educação Financeira*. 2015. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

TEIXEIRA, Wesley Carminati; KISTEMANN JR., Marco Aurélio. *Uma investigação sobre a inserção da Educação Financeira em um curso de serviço de Matemática Financeira para graduandos de um curso de Administração*. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 19, n. 1, p. 223-249, jan./abr. 2017.

VIEIRA, Glauciane Silva; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. *Educação Financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais?* *Educação Matemática Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 658-688, maio/ago. 2020.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB*. *Educação & Realidade*, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out./dez. 2018.